RDS Revista Desenvolvimento Social

Vol. 30, n. 2, jul/dez, 2024
ISSN: 2179-6807 (online)

VIOLÊNCIA LENTA SOBRE AS POPULAÇÕES URBANO-RIBEIRINHAS: O CASO DO CÓRREGO DO LEITÃO EM BELO HORIZONTE-MG (1894-1975)

Alessandro Borsagli[1]
Brenda Melo Bernardes[2]
Amaro Sérgio Marques[3]

Resumo: O artigo analisa, a partir do conceito de "violência lenta" de Rob Nixon, alguns dos processos que levaram à expulsão da população ribeirinha do vale do córrego do Leitão, em Belo Horizonte, entre os anos de 1894 e 1975. A inserção do curso d'água no traçado planejado da cidade, ocorrida ao longo do processo de evolução urbana da capital de Minas Gerais ocasionou não só a retirada dos moradores das terras fluviais, mas também acarretou em uma profunda alteração paisagística e ecossistêmica, onde a imprensa e o poder público tiveram grande importância nas estratégias de convencimento social para a realização das intervenções. Sob a perspectiva da violência lenta, observa-se que a má gestão ambiental e a ruptura forçada entre a população e o curso d'água a partir de valores impostos à sociedade ao longo do século XX contribuíram para o apagamento de parte das memórias das populações que habitavam o vale, antes dos processos que acarretaram em sua expulsão, sendo que na atualidade as terras do vale se encontram entre as mais valorizadas da cidade de Belo Horizonte.
Palavras-chave: Belo Horizonte. Violência Lenta. Meio Ambiente. Geografia Urbana. Comunidade.

SLOW VIOLENCE ABOUT URBAN-RIVERSIDE POPULATIONS: THE CASE OF THE LEITÃO STREAM IN BELO HORIZONTE-MG (1894-1975)

Abstract: The article analyses, based on Rob Nixon's concept of "slow violence", some of the processes that led to the expulsion of the riverside population from the Leitão stream valley in Belo Horizonte between 1894 and 1975. The insertion of the watercourse into the planned layout of the city, which took place during the process of urban evolution of the capital of Minas Gerais, not only led to the removal of the residents from the river lands, but also resulted in profound landscape and ecosystem changes, in which the press and public authorities played a major role in the strategies of social persuasion for the realization of the interventions. From the perspective of Slow Violence, it can be seen that poor environmental management and the

[1] PPGG-TIE Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8789-012X. E-mail: borsagli@gmail.com
[2] Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5603-3202. E-mail: brenda.mbernardes@gmail.com
[3] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC RIO. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4697-3572. E-mail: amarosergiomarques@gmail.com

forced rupture between the population and the watercourse based on values imposed on society throughout the 20th century have contributed to the erasure of part of the memories of the people who inhabited the valley before the processes that led to their expulsion, and today the land in the valley is among the most highly valued in the city of Belo Horizonte.
Keywords: Belo Horizonte. Slow Violence. Environment. Urban Geography. Community.

VIOLENCIA LENTA CONTRA LAS POBLACIONES URBANAS RIBEREÑAS: EL CASO DEL ARROYO LEITÃO EN BELO HORIZONTE-MG (1894-1975)

Resumen: El artículo analiza, a partir del concepto de «violencia lenta» de Rob Nixon, algunos de los procesos que condujeron a la expulsión de la población ribereña del valle del arroyo Leitão, en Belo Horizonte, entre 1894 y 1975. La inserción del curso de agua en el trazado planificado de la ciudad, que tuvo lugar durante el proceso de evolución urbana de la capital de Minas Gerais, no sólo condujo a la expulsión de los habitantes de las tierras ribereñas, sino que también provocó profundos cambios paisajísticos y ecosistémicos, en los que la prensa y los poderes públicos desempeñaron un papel fundamental en las estrategias de persuasión social para la realización de las intervenciones. Desde la perspectiva de la Violencia Lenta, se observa que la mala gestión ambiental y la ruptura forzada entre la población y el curso de agua, basada en valores impuestos a la sociedad a lo largo del siglo XX, han contribuido a borrar parte de la memoria de las personas que habitaban el valle antes de los procesos que condujeron a su expulsión, y hoy las tierras del valle se encuentran entre las más valoradas de la ciudad de Belo Horizonte.
Palabras-clave: Belo Horizonte. Violencia Lenta. Medio Ambiente. Geografía Urbana. Comunidad.

INTRODUÇÃO

A cidade de Belo Horizonte, vislumbrada, planejada e construída entre os anos de 1893 e 1897 no sítio do antigo arraial do Curral del Rey tem como uma de suas características a rápida transformação do espaço urbano, adaptado e modificado de acordo com os interesses dos grupos dominantes (re)surgidos no advento da República no ano de 1889.

Fruto da imposição técnica e racional sobre o território, dos anseios políticos que buscavam romper com o passado colonial e tortuoso das cidades mineiras, a nova capital mineira acabou por se colocar na vanguarda da aplicabilidade dos ideais higienistas, sanitaristas e do rompimento com o meio natural, ao mesmo tempo em que toda a vida civil deveria ser controlada e norteada pelas políticas de desenvolvimento urbano, ou seja, a ideia de ordenar as funções sociais da cidade e a maneira de se ocupar o território era o caminho para se buscar o pleno progresso, no caso da cidade pode-se destacar a ideia da busca por melhores condições de vida das classes mais abastadas.

Sob essa perspectiva, foi imposto um ordenamento territorial que seria pautado por um desenho urbano elaborado pela equipe do engenheiro Aarão Reis, aos moldes do urbanismo racional e progressista a partir da delimitação dos limites de uma cidade oficial por uma grande avenida (Avenida do Contorno), deixando de fora desse anel as áreas destinadas à população de menor poder aquisitivo.

Nesse contexto, desde a chegada da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) ao arraial de Belo Horizonte (antigo arraial do Curral del Rey) no ano de 1894 até a consolidação da metrópole mineira, ocorrida na primeira metade da década de 1970, as classes menos favorecidas – principalmente a população negra e parda - sofrem impacto direto com as políticas impostas pelo Estado para a capital, desde processos de migração/expulsão dos seus locais de origem até a perda de identidade cultural com o território, “políticas em grande parte apoiadas por uma ampla parcela da sociedade civil e pelos meios de comunicação” (Borsagli, 2016, p.24).

Nesse sentido, o artigo busca analisar, a partir do conceito de Violência Lenta de Nixon (2011), alguns dos processos que levaram à expulsão da população ribeirinha do vale do córrego do Leitão em Belo Horizonte, entre os anos de 1894 e 1975. A inserção do curso d’água no traçado planejado da cidade, ocorrida ao longo do processo de evolução urbana da capital de Minas Gerais, ocasionou não só a retirada dos moradores das terras fluviais, mas também acarretou uma profunda alteração paisagística e ecossistêmica, onde a imprensa e o poder público tiveram grande importância nas estratégias de convencimento social para a realização das intervenções.

A escolha do vale do córrego do Leitão como objeto de análise se faz por diferentes motivos: em primeiro lugar, os processos que levaram à plena urbanização da bacia ocorreram de maneira mais lenta em relação às demais bacias hidrográficas que se encontram dentro dos limites da Avenida do Contorno (vales dos córregos do Acaba Mundo e Serra, afluentes do ribeirão Arrudas), fato que acabou preservando por décadas a paisagem rural em parte do vale.

As políticas urbanas para a região também foram fatores preponderantes para a escolha, uma vez que a porção do vale a montante da região central de Belo Horizonte foi gradativamente ocupada ao longo das décadas pela população de maior poder aquisitivo, ao mesmo tempo em que as obras de urbanização acabaram por expulsar os antigos moradores e ribeirinhos que habitavam o vale.

A metodologia adotada baseou-se ainda numa revisão sistemática da literatura, a partir do uso de buscadores em sites como Scielo, Portal Capes e outros, bem como do uso de artigos, livros, teses e dissertações que abordam esse tema. Também foram utilizadas imagens aéreas e fotografias antigas para a caracterização do território em análise.

É diante deste contexto que o estudo e as análises contidas neste artigo, tendo como perspectiva o conceito de violência lenta nos processos de evolução urbana/expulsão do vale do Leitão visam contribuir para a compreensão da dinâmica dos processos e desdobramentos que caracterizam a desigualdade estrutural e, porque não dizer - racismo ambiental - que se encontra arraigada na sociedade brasileira, da qual a cidade de Belo Horizonte e os seus processos geográficos, históricos, urbanos e sociais são um exemplo concreto do "conflito entre o racional e a formalidade que, em algum momento, se torna informal" (Borsagli, 2017, p.99).

VIOLÊNCIA LENTA E O PROCESSO DE EVOLUÇÃO URBANA DE BELO HORIZONTE

O conceito de violência lenta é denominado por Nixon (2011, p.2) como uma "violência que ocorre de maneira gradual e fora de vista, uma violência de destruição atrasada que se encontra dispersa pelo tempo e pelo espaço, uma violência de atrito que normalmente não é vista como violência de fato". Ou seja, é uma violência que escapa das percepções das sociedades e da qual não existe uma ampla sensibilidade a respeito:

A violência pode ser entendida como uma ação que é imediata no tempo, explosiva e espetacular no espaço, e que eclode com uma visibilidade instantânea. Acredito que precisamos engajar em um tipo diferente de violência, a violência que não é espetacular nem instantânea, mas gradual e cumulativa, cujas "repercussões calamitosas se movem através de uma série de escalas temporais" (Nixon, 2011, p. 2).

A violência lenta, de acordo com o autor, também se manifesta em diferentes contextos como o ambiental, nas relações de poder e no âmbito social, onde é claro que as populações que vivem à margem da sociedade e da economia, além das "minorias étnicas são as mais afetadas" (Berth, 2023). Nesse contexto, trazendo para as questões de cunho social e ambiental, a ideia de violência lenta se manifesta não só sobre as

populações economicamente menos favorecidas, mas também no meio ambiente, “onde a marginalização ambiental em meio urbano é clara” (Borsagli, 2016, p.38) e ocorre de forma gradual e algumas vezes de maneira furtiva.

A violência lenta se torna, aos poucos, naturalizada no cotidiano das sociedades, ao mesmo tempo em que a mídia venera o espetacular e as políticas públicas se estruturam em torno de uma imediata necessidade de resultados, mas também possibilitar a consolidação de um capitalismo dinâmico, rápido e, em consequência, excludente e segregador. Nesse sentido, o autor observa que,

> Estamos em uma era de turbo-capitalismo acelerado, em que o presente parece mais abreviado do que costumava ser - pelo menos para as classes privilegiadas do mundo que vivem cercadas por economizadores de tempo tecnológicos que muitas vezes agravam a sensação de não ter tempo suficiente. Consequentemente, um dos desafios mais urgentes de nossa época é como ajustar nossa atenção, que está se atenção que está se desgastando rapidamente às lentas erosões da justiça ambiental (NIXON, 2011, p.8).

Dentro dessa premissa, os centros urbanos são territórios de disputas intensas e contínuas, onde a violência lenta é praticada constantemente frente ao imediatismo dos agentes que se apropriam dos espaços. Em todo esse contexto, é importante observar que, ao mesmo tempo em que a violência lenta é regular e mutável, a população socioeconomicamente menos favorecida precisa buscar a sobrevivência diária em meio às rupturas impostas pela cidade e para a cidade, formal ou informal:

> Assim como o pícaro, os moradores de favelas com problemas ambientais estão empenhados na sobrevivência imediata, improvisando de dia para dia, de hora para hora. hora a hora. Seu elemento temporal é "agora", suas vidas estão sujeitas à tirania do eterno hoje. No entanto, coletivamente, os da cidade estão ligados de forma complexa ao passado e ao futuro por meio das metamorfoses provocadas pela toxicidade, pela busca da justiça social e por sua relação coletiva com o tempo apocalíptico (NIXON, 2011, p.58).

O contexto da produção do espaço da cidade capitalista, esbarra sempre no contexto da produção formal ou informal da cidade, corrobora para essa afirmação, Grostein (2001, p.14), para a qual as “metrópoles no Brasil concentram uma significativa parcela da pobreza, que ao apropriar do espaço urbano, são quase sempre alocadas em

áreas pouco servidas de investimentos públicos". Nessa medida, existe o crescimento exponencial da informalidade - pela ausência do planejamento urbano e de políticas públicas de habitação - ampliando assim as diferenças socioambientais, bem como o abismo social, que separa a cidade rica - das áreas com boa infraestrutura física, das áreas pobres e periféricas.

Nesse contexto, é possível estabelecer uma conexão direta entre a violência lenta e o racismo ambiental, que basicamente é executado pela "incursão do capitalismo e pelo negligenciamento estatal" (Filgueiras, 2021, p.189). O racismo ambiental abarca ainda, como observado por Pacheco (2006), as ações pautadas em "injustiças ambientais e sociais que recaem sobre os grupos populacionais vulneráveis". A ausência de direitos civis, políticos e sociais vai ao encontro do conceito de racismo ambiental, ou seja, existe, ainda que de maneira "velada" por parte do poder público, a ausência de cidadania é visível para essa população que sofre, assim como o meio ambiente, violências diversas e, ao longo do século XX, explícitas.

Fica claro que a violência que ocorre nos grandes centros urbanos brasileiros não se restringe a uma violência imediata, explosiva, e sim a uma violência lenta, gradual e agressiva, no entanto, quase invisível dentro da escala temporal que existe entre elas. No ambiente da cidade industrial e moderna, a ruptura é parte de um processo que leva não a remoção/expulsão da população menos favorecida, mas também a perdas de ordem ecossistêmica e paisagística, onde as porções do território de paisagens predominantemente rurais aos poucos são adaptadas para integrar a cidade, ou marginalizadas pela própria cidade e pelos agentes transformadores do espaço, uma vez que a remoção forçada envolve adaptações agonizantes para acomodações precárias e terrenos geralmente áridos e hostis, envolvendo ainda um desafio adicional imposto pela violência temporal: a sobrevivência em um local destruído, com o presente cortado, arrancado em um "deslocamento involuntário de um tecido luminoso que tinha um significado estendido do tempo no local" (Nixon, 2011, p.162).

No caso de Belo Horizonte, cidade imaginada no cerne dos ideais positivistas e concebida nos moldes das cidades burguesas liberais surgidas durante a Revolução Industrial, a remoção forçada surge ao mesmo tempo da escolha do sítio para a construção da nova capital. A expulsão dos habitantes menos abastados do antigo

arraial do Curral del Rey, logo após a chegada da CCNC ao local, pode ser considerada a primeira violência, realizada sob anuência do Estado, ocorrida no sítio da nova capital.

Para se ter ideia, dentro dos preceitos higienistas e sanitaristas que nortearam não só a construção da capital, mas também as reformas urbanas ocorridas nos principais centros urbanos brasileiros durante o período da República Velha (1889-1930), cronistas e funcionários da CCNC como Alfredo Camarate e Fábio Nunes Leal por diversas vezes afirmaram que a população do arraial era “atrofiada e fraca, doentia e defeituosa” (Minas Geraes, 1894, p.14) e não eram com certeza “dignos deste torrão de primor, pelo clima, pela posição, pela beleza os seus possuidores em 1894” (Minas Gerais, 1894, p.15).

Os preceitos segregacionistas são bastante claros nas palavras de Camarate e Nunes Leal que, alinhados com o discurso oficial, buscaram criar justificativas para a remoção forçada da população do arraial. Nesse contexto, como observado por Nixon (2011, p.3) em relação à violência lenta, “um desafio importante é representacional: como conceber histórias, imagens e símbolos cativantes adequados à violência disseminada, mas elusiva de efeitos deferidos”.

Na busca incessante por justificativas da expulsão dos curralenses do seu arraial, Nunes Leal afirmou que nunca sairia do arraial algum indivíduo ilustre que o tiraria das trevas da ignorância e da indolência, observando ainda que a quase totalidade das crianças do Curral del Rey andavam descalços, exemplos que, para o secretário, atestam um atraso incompatível com os planos para a nova capital, ao afirmar que os habitantes no futuro ficarão “surpreendidos de ter habitado nela uma população tão mesquinha, e não haver, há muitos anos, sido escolhido este arraial para a construção de uma grande cidade”. (Minas Gerais, 1894, p.4).

A expulsão dos moradores se deu em um curto espaço de tempo, sendo então obrigados a buscarem novos locais de moradia nos arrabaldes da nova capital, em particular os povoados do Calafate e Piteiras, “transformados em bairros suburbanos nos primeiros anos da nova capital” (Aguiar, 2006, p.293). Em menor escala os povoados de Cachoeira, João Carlos, Bento Pires e Cardoso também receberam os curralenses expulsos ou parcialmente indenizados pelo Estado, como Dias (1897, p.85), pároco e testemunha das expulsões ocorridas no arraial, observou ao falar da emigração forçada do arraial quando, por muitas vezes com lágrimas nos olhos, os curralenses se

“queixarem da sorte, pelas peripécias e amarguras porque iam tão bruscamente passando. Era uma cena triste e comovedora essa da emigração da maioria dos habitantes para outras paragens mais recônditas e solitárias do querido Curral d’El Rei”.

É importante ressaltar que muitos dos curralenses expulsos acabaram construindo novas moradias nas primeiras aglomerações informais da capital, o Alto da Estação e o Leitão, consideradas as primeiras favelas de Belo Horizonte e desaparecidas logo após a inauguração da capital com a criação do bairro operário do Barro Preto no ano de 1902 (Borsagli, 2016, p.80). A própria planta da nova capital (Figura 1) é bastante excludente no ponto de vista socioeconômico, uma vez que a especulação imobiliária e as normas para construção nos lotes dentro da Avenida do Contorno vedavam a permanência definitiva da população de menor poder aquisitivo na cidade planejada.

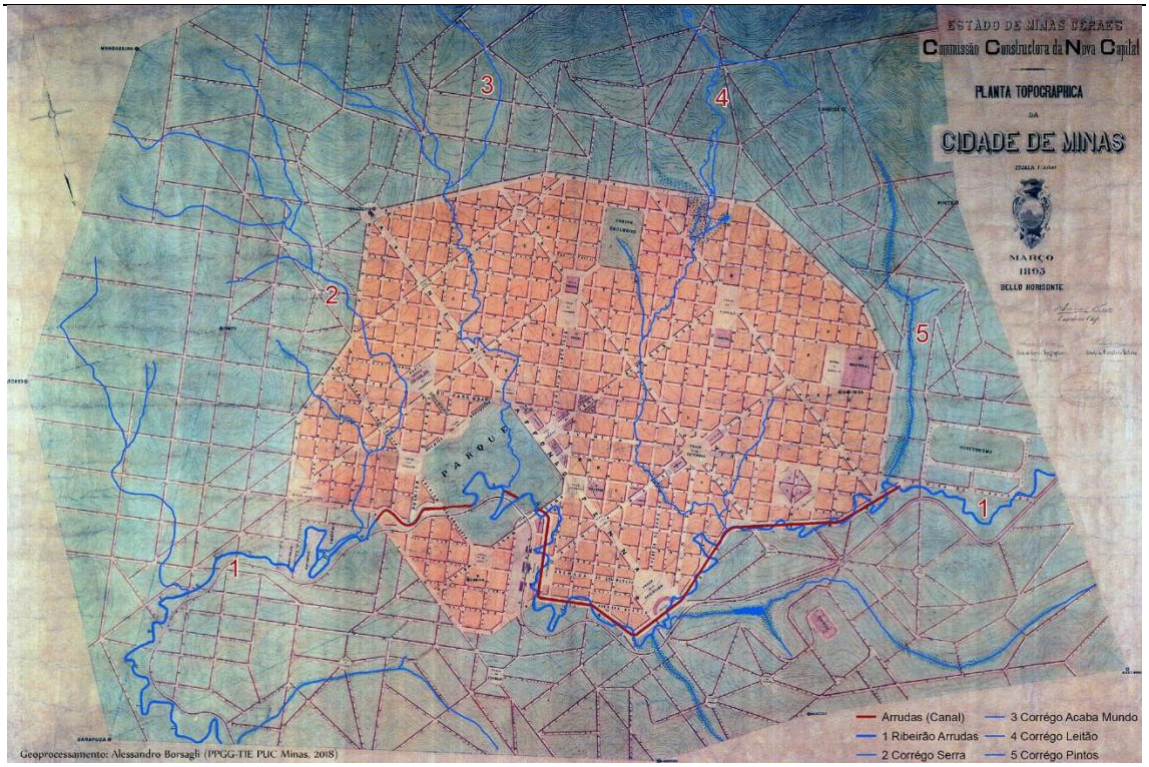

Figura 1 – Planta da nova capital de Minas Gerais (Belo Horizonte), 1895. Fonte: modificado de Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Nesse sentido, fica claro que uma violência lenta, gradual, agressiva e tão característica nos processos de formação e consolidação da capital mineira se iniciou nesse momento (1894-1897) com a instauração de preceitos e valores gradativamente absorvidos pela infante sociedade republicana burguesa, herdeira e responsável ainda

pela “manutenção de uma desigualdade socioeconômica agravada ao longo do período imperial” (Soares, 2019, p.10).

Dento desse contexto, não tem como desassociar a violência pela população socioeconomicamente vulnerável, do racismo ambiental. A maneira como se deu a expulsão para regiões que não possuem sequer um chafariz para prover de águas os seus habitantes, demonstra o quão falho e negligente eram os valores, a falta de cidadania e principalmente as leis, que não obrigava o estado a dar o devido suporte para os grupos socialmente vulneráveis, que então “contavam com a própria sorte para sobreviver” (Filgueira, 2021, p.188), ao mesmo tempo em que o poder público ignora as suas mazelas e a sua própria existência, ressaltando que uma parcela considerável dos curralenses expulsos do arraial consistia de populações não-brancas.

O VALE DO CÓRREGO DO LEITÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA AS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS

Os preceitos que nortearam a construção da capital, de fato, influenciaram a relação entre a cidade e os elementos naturais, em particular os cursos d’água, vistos como obstáculos para o pleno desenvolvimento do tecido urbano da capital e que deveriam ser “controlados e adaptados ao traçado da cidade em um momento oportuno” (Borsagli, 2016, p.84).

Em um primeiro momento, o vale do córrego do Leitão, entre os anos de 1897 e 1923, não apresentou alterações significativas nas porções da bacia localizadas a montante da região central, mantendo por duas décadas a sua ruralidade com a criação da Colônia Agrícola Afonso Pena no ano de 1899, assentada nas terras das fazendas Capão e Leitão. As terras da bacia à montante da Avenida do Contorno (que ainda só existia em projeto), incluindo a sede da fazenda do Leitão, continuaram a manter a sua vocação agrícola, fornecendo víveres para a nova capital.

A partir da década de 1920, o vale do Leitão tornou-se prioritário para a expansão da cidade planejada, e a ruralidade que contrastava com a cidade formal-racional passou a ser sucessivamente criticada pelas administrações municipais e pelos periódicos da capital. Ao mesmo tempo em que a região foi urbanizada, a população operária moradora da margem esquerda do curso d’água foi removida da região e reassentada no antigo Pasto da Prefeitura (bairro Concórdia) deixando para trás não só

o seu modo de vida, mas também os seus costumes e o seu cotidiano (Figuras 2 e 3), uma vez que foram reassentados a uma distância da cidade planejada.

Foi um período que as favelas foram sendo removidas da zona urbana e gradualmente empurradas para a zona suburbana. Em alguns casos, após a remoção, muitos moradores se assentavam nas proximidades do antigo núcleo e a favela voltava a existir, como o caso da Pedreira Prado Lopes. Não existia uma política efetiva de reassentamento e a população operária e imigrante era expulsa e obrigada a procurar outro local para morar, prioritariamente em áreas mais afastadas do centro de Belo Horizonte.

Figura 2- Construção da rede de esgotos do Bairro Operário do Barro Preto, 1929. Após a conclusão das obras as casas foram demolidas e as matas derrubadas para a expansão urbana. Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

Figura 3 - Abertura da rede de esgotos no Barro Preto, 1929. Ao fundo uma das casas do bairro operário em processo de demolição. Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto

Um exemplo da violência cometida nas remoções ocorridas no vale do Leitão no período 1925-1945 foi a Favela da Barroca, que existiu na região compreendida entre a Praça Raul Soares, Sanatório Belo Horizonte e o 12º Batalhão de Infantaria. Os moradores da favela chegaram à região nos primeiros anos da nova capital, sendo os últimos expulsos por volta de 1942 “à base da marreta” (Borsagli, 2017, p.189), no início da urbanização das terras que formaram o bairro Santo Agostinho. Os moradores expulsos formaram o Morro do Querosene e a Vila dos Marmiteiros, áreas então consideradas periféricas e que se encontram fora dos limites da Contorno.

As rápidas transformações ocorridas no espaço geográfico da capital continuaram a promover a remoção dos moradores que se encontravam assentados em áreas consideradas prioritárias para a expansão urbana de Belo Horizonte. As remoções, por um tempo, foram feitas por intermédio do Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares (DBP), responsável por uma das mais notáveis remoções ocorridas no vale do Leitão, realizada com o “intuito da construção de uma barragem de retenção de água visando a mitigação dos transbordamentos que ocorriam com frequência no vale” (Borsagli, 2016, p.252).

O Conjunto Santa Maria, construído entre os anos de 1955 e 1963 é o primeiro conjunto habitacional da capital mineira e os blocos de moradias receberam os moradores que se encontravam assentados no entorno da Cerâmica Santa Maria, demolida para a construção da Barragem Santa Lúcia. Nesse contexto, é importante observar que o conjunto foi construído a poucos metros do antigo aterro sanitário de Belo Horizonte (Boca do Lixo), em área insalubre e até então não interessava ao mercado imobiliário, ou seja, era uma área desprovida dos equipamentos urbanos básicos como saneamento básico e transporte público.

Nesse caso, não houve uma violência concreta sobre os moradores removidos, mas sim uma violência lenta e "invisível" que engloba não só o seu modo de vida, com a ruptura forçada da população ribeirinha com o curso d'água, utilizado para lavagem de roupas e irrigação de hortas, mas também pela supressão de um espaço rural que não interessava ao poder público, ou seja, a perda de identidade e de percepção com o território era interessante para que os planos políticos-fundiários fossem executados de maneira plena e sem interferência dos movimentos pró-moradia surgidos no período:

> Aqui tinha duas fazendas. (...) Era a fazenda do Diomar – era lá em baixo, quase no final donde que é... Que eles fizeram aquela pracinha ali, pracinha da Lagoa, no final da Lagoa. Ali era a fazenda do Diomar. E no córrego que construíram os moinhos d'água. E aqui, nesse rumo aqui a cima, era a fazenda do Anastásia. (...) A família Anastásia (risos). Um pedaço desse terreno aqui era deles. A Casa da Fazendinha, ali estava dentro do terreno do Diomar. Ali era Colônia Afonso Pena. Dentro da lagoa tinha a olaria velha e tinha aquela fazenda. (...) Essa fazenda tinha tomador de conta, mas eles não interferiam...Que eles passavam mesmo a fazenda. Tinha gente que tomava conta, mas os proprietários já não moravam mais. Era só mesmo a fazenda, demarcando aqueles territórios ali. (...) Que quando eles fizeram o reservatório em cima, estragaram o terreno, né!? Então, qualquer dia eles pararam de pagar imposto. A prefeitura também... Então, ficou aquele negócio que nem era da Prefeitura e nem era dos fazendeiros (PEREIRA, 2012, p.119).

A autora realiza ainda observações a respeito da relação da população ribeirinha com o curso d'água:

> Esse Córrego do Leitão, eu cansei de pegar piaba nele até no mercado. (...) Então, hoje... Essa BR, onde é que é a [Avenida] Nossa Senhora do Carmo hoje, também foi aberta na mesma época que nós viemos pr‟aqui. Que

> existia um trilho de tropa que saía em Nova Lima, que era dos tropeiros. Mais nada. (PEREIRA, 2012, p.130).

Ou seja, os valores impostos para a sociedade de forma lenta e gradual acabaram por garantir o apoio às obras de remoção/expulsão dos moradores não só do vale do Leitão, mas também das margens de inúmeros cursos d'água do município de Belo Horizonte, onde a salubridade e a promessa de erradicação dos transbordamentos foram e ainda são utilizados como propaganda para que as remoções aconteçam.

As últimas remoções ocorridas no vale do Leitão foram realizadas entre os anos de 1967 e 1975 (Figura 4), durante a Ditadura Militar no Brasil. As remoções faziam parte das obras de reforma urbana iniciadas dois anos após o golpe militar de 1964 e patrocinadas pelos Estados Unidos da América, visando adaptar os grandes centros urbanos à nova realidade viária, onde o veículo individual se tornou o protagonista das políticas urbanas do Brasil (Borsagli, 2016, p.247).

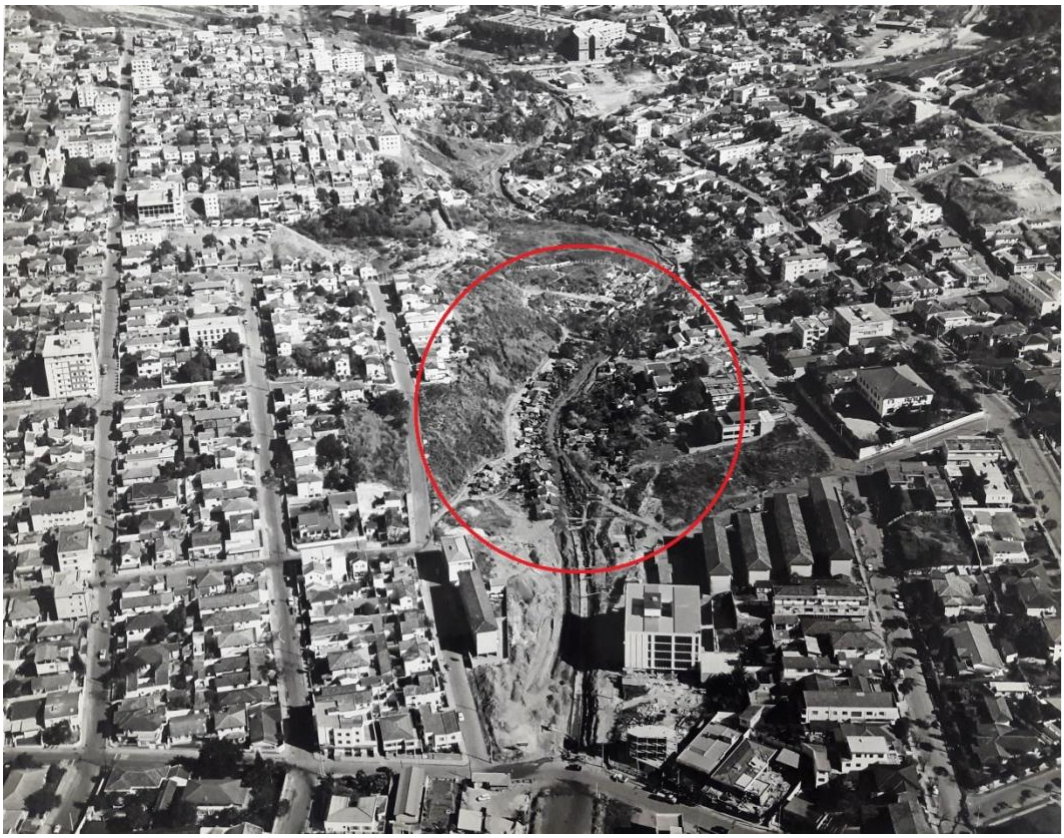

Figura 4: Obras de canalização do Leitão, 1970. Em destaque a Favela da Alvorada, removida no ano de 1971 para a continuidade das obras. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Por ter sido realizada em um período obscuro da história contemporânea do Brasil, não se tem mais informações a respeito da realização das remoções, apenas que os trabalhos de expulsão dos moradores das margens do Leitão (Figura 5), dentre quais se destaca a Favela da Alvorada, foram realizados com a ajuda do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão responsável pela repressão dos movimentos sociais e populares durante o Estado Novo e principalmente durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), sendo os moradores deslocados para o Morro do Papagaio, favela assentada às margens do córrego do Leitão desde a década de 1950.

Nesse contexto, é importante observar que as obras de abertura da Avenida Prudente de Morais foram concluídas no ano de 1972, e as obras de construção da barragem Santa Lúcia foram finalizadas no final de 1975, pondo fim às remoções das populações ribeirinhas do vale do Leitão, que nesse momento se resumiam a pouquíssimas famílias, que até a segunda metade da década de 1980 acabaram por vender suas moradias para grupos imobiliários interessados na verticalização do vale.

Figura 5: Obras de canalização do Leitão, 1970. Detalhe para as moradias da Favela da Alvorada, removida no ano de 1971 para a continuidade das obras. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as sucessivas intervenções realizadas no vale do córrego do Leitão, fica claro que o conceito de Rob Nixon explicita que a violência, nesse caso, não se resume apenas às perdas ambientais ocorridas pelo processo de urbanização e canalização do curso d'água, mas também às populações ribeirinhas que, diante da espetacularização midiática e do imediatismo político promovido pelo poder público e pelos veículos de comunicação, foram expulsas ao longo do período analisado por diversas vezes e quase pelos mesmos motivos, ou seja, uma violência temporalmente dispersa e velada perante a sociedade civil.

Em conexão com as observações realizadas pelo autor em sua obra Slow Violence and the Environmentalism of the Poor (2011) a parceria entre os governos e as instituições fundiárias responsáveis não só pela especulação imobiliária, mas também pelas profundas mudanças que se verificam no espaço urbano de Belo Horizonte ao longo dos seus cento e vinte cinco anos de existência, explícita a violência destrutiva do capitalismo na formação do espaço urbano, em geral modificado e adaptado de acordo com os interesses das classes dominantes, e onde a má gestão ambiental é notória.

Ademais, não é possível desassociar os eventos que se sucederam no vale com o racismo ambiental praticado com as populações ribeirinhas. A identidade ética e a origem da população moradora do vale durante o recorte temporal aqui analisado foram determinantes para a maneira com que o estado tratou uma população que muitas vezes era vista como não-cidadãos, invisíveis e desprovida de direitos civis, sociais e políticos. É uma questão que merece maior aprofundamento, mas é notável que a identidade étnica foi determinante para os desenlaces aqui abordados.

A plena urbanização da porção do vale do córrego do Leitão compreendida entre a Avenida Prudente de Morais e o trecho a montante do Morro do Papagaio acabou por extinguir não só as reminiscências rurais que existiam na região, desaparecida por completo na segunda metade da década de 1980, mas também a memória e a identidade dos primeiros moradores do vale, atualmente urbanizado em quase sua totalidade. Das colônias e da paisagem rural, restou apenas a Casa da Fazendinha, em meio à informalidade do morro e sob as vistas dos bairros Santo Antônio, Vila Paris, São Bento e Santa Lúcia.

Enfim, o conceito de violência lenta expõe inúmeras nuances e permite múltiplas análises sobre a maneira em que se deram os processos urbanos e geohistóricos de ocupação de territórios que, em alguns casos, não deveriam ser ocupados e nem modificados, como os fundos de vale em meio urbano, respeitando não só as variáveis ambientais e físicas das bacias, mas também as relações históricas que são estabelecidas entre os habitantes tradicionais das planícies de inundação e o meio ambiente.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao PPGG-TIE PUC Minas pelo suporte técnico, a CAPES pelo suporte financeiro e ao DAU, PPGArq e Pro-Reitoria de Ensino e de Pesquisa da PUC-Rio.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues. *Vastos Subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte.* 2006. 443 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades.* 1 ed. – Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2023. 288p.

BORSAGLI, Alessandro. *Rios Invisíveis da Metrópole Mineira.* Belo Horizonte: Clube de Autores, 2016. 430p.

_____, Alessandro. *Sob a sombra do Curral del Rey: contribuições para a história de Belo Horizonte.* Belo Horizonte: Clube de Autores, 2017. 452p.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade. *Mercator* – Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set./dez. 2013.

DIAS, Francisco Martins. *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte.* Belo Horizonte, 1897.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico* - Goiânia-GO, v. 15, n. 2, ago. 2021, p. 186 – 201.

GROSTEIN, Marta Dora. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". *São Paulo em Perspectiva,* v. 15, n. 1, p. 13–19, jan. 2001.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*; v. 3, n. 1, Artigo 2, jan./abril 2008.

LEAL, Fábio Nunes. O arraial do Bello Horizonte. In: *Minas Geraes,* 1894, 16p.

NIXON, Rob. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor.* Cambridge: Harvard University Press, 2011.

PACHECO, Tania. *Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor*. 2006. Disponível em:<www.racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/tania-pacheco/desigualdadeinjustica-ambiental-racismo>. Acesso em 19 mar. 2024.

PEREIRA, Josemeire Alves. *O tombamento do Casarão da Barragem e as representações da favela em Belo Horizonte.* Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SOARES, Rodrigo Goyena. Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do império. Notas preliminares sobre as classes imperiais. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 446-489, maio/ago. 2019.